



ESTADO DO CEARÁ - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RP NÃO PROC. (b)
PODER EXECUTIVO		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.822.243.973,36	4.275.445,20
Pessoal Ativo	6.163.518.852,13	
Pessoal Inativo	2.095.002.860,32	
Outras Despesas de Pessoal dec. de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	563.722.260,91	4.275.445,20
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.286.747.669,26	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	114.487.915,70	
Despesas de Exercícios Anteriores	35.070.128,57	
Inativos com Recursos Vinculados	1.137.189.624,99	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.535.496.304,10	4.275.445,20
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	17.779.471.739,21	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	16.902.308,24	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA - RCLA (VI)	17.762.569.430,97	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VII) = (III a + III b)	7.539.771.749,30	42,45%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	8.703.659.021,18	49,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (Parágrafo Único, art. 22 da LRF)	8.268.476.070,12	46,55%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (Inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	7.833.293.119,06	44,10%

FONTE: S2GPR; COTES/CECAD; 06/02/2018 16:11

- Notas:**
- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
 - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 - Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício.
 - No item "PESSOAL ATIVO" constam as contribuições patronais do Regime Próprio de Previdência;
 - Exclui " Pensionistas", conforme Resolução nº 2230/10-TCE;
 - O Regime Previdenciário está composto pelo Regime Próprio dos Servidores denominado SUPSEC (composto pelo FUNAPREV, PREVMILITAR, PREVID) e pelo Sistema de Previdência Parlamentar (FPP);
 - Do total da Despesa Bruta com Pessoal Ativo, R\$ 55.795.146,09 se referem às despesas de Pessoal dos Consórcios de Saúde Pública efetuadas com recursos estaduais;
 - Todos os Consórcios apresentaram prestação de contas do RGF - Gasto com Pessoal de acordo com a Tabela 1.5 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Consórcios Públicos.- Portaria STN nº 274/2016;
 - Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública Geral do Estado, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal;
 - Foram deduzidos os valores pertinentes aos abonos de permanência concedidos, conforme Resolução do TCE/CE nº 2582/2009 (DOE de 28/12/2009), os seguinte valores:
 - Abono de Permanência (3190110004): R\$ 43.848.195,29;
 - Abono de Permanência - 13º Salário (3190110020): R\$ 2.235.047,45.
 - Foram deduzidos os valores referentes às verbas de caráter indenizatória: Ajuda de Custos (3190160001), valor R\$ 694.167,89.

LUIZ JARBAS DE MESQUITA
Coordenador do Tesouro Estadual

PAULO AMILCAR PROENÇA SUCUPIRA
Coordenador de Gestão Financeira

SECRETÁRIO DA FAZENDA

CHEFE DO PODER EXECUTIVO

CONTROLADOR E OUVIDOR-GERAL